

# **Phoenix Tower Participações S.A. e Controladas**

Demonstrações Financeiras Individuais e  
Consolidadas Referentes ao Exercício  
Findo em 31 de Dezembro de 2017 e  
Relatório dos Auditores Independentes  
sobre as Demonstrações Financeiras

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da  
Phoenix Tower Participações S.A.  
São Paulo - SP

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Phoenix Tower Participações S.A. e controladas ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Phoenix Tower Participações S.A. e controladas em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte [www.deloitte.com/about](http://www.deloitte.com/about) para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 225.000 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas**


Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 20 de fevereiro de 2018

  
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes  
CRC nº 2 SP 011609/O-8

  
Renato Vieira Lima  
Contador  
CRC nº 1 SP 257330/O-5

PHOENIX TOWER PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016  
(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016			31/12/2017	31/12/2016		
<b>CIRCULANTE</b>						<b>CIRCULANTE</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	3	60.706	41.029	63.251	41.147	Empréstimos	9	37	12.077	329	12.004
Aplicações financeiras restritas	4	12.437	11.930	12.437	11.930	Fornecedores	10	4.967	2.226	19.619	19.096
Contas a receber de clientes	5	10.289	9.797	16.449	11.621	Contas a Pagar	4	9.285	8.905	9.285	8.905
Impostos a recuperar		2.856	2.880	3.424	3.313	Aluguéis a pagar	11	2.333	2.146	3.543	2.632
Outros ativos		1.746	1.132	2.331	1.281	Obrigações tributárias	12	1.544	1.243	2.505	1.772
Total do ativo circulante		88.034	66.768	97.892	69.292	Obrigações trabalhistas		6.409	5.138	6.409	5.138
<b>NÃO CIRCULANTE</b>						<b>NÃO CIRCULANTE</b>					
Contas a receber de clientes	5	1.186	359	5.270	1.030	Dividendos a pagar	16	10.917	4.672	10.917	4.672
Depósitos judiciais	14	21	25	343	382	Outros passivos		222	28	235	28
Imposto de renda e contribuição social diferidos		4.308	4.226	4.544	4.226	Total do passivo circulante		35.714	36.435	52.842	54.247
Partes relacionadas	20	-	-	-	-	<b>NÃO CIRCULANTE</b>					
Outros Ativos		-	-	42	42	Empréstimos	9	148.402	68.793	173.435	68.198
Investimentos	6	125.387	66.630	-	-	Provisão para desmobilização de ativos	7.3	19.306	2.725	34.014	3.039
Imobilizado	7	155.042	106.455	320.849	187.671	Provisão para riscos cíveis e trabalhistas	14	329	132	1.148	132
Intangível	8	561.862	576.627	567.779	577.261	Provisão para linearização da receita	15	4.477	5.021	7.668	6.304
Total do ativo não circulante		847.806	754.322	898.826	770.612	Total do passivo não circulante		172.514	76.671	216.265	77.673
						<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>					
						Capital social	16	694.784	694.784	694.784	694.784
						Reserva de lucros		32.828	13.200	32.828	13.200
						Total do patrimônio líquido		727.612	707.984	727.612	707.984
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>935.840</b>	<b>821.090</b>	<b>996.719</b>	<b>839.904</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>935.840</b>	<b>821.090</b>	<b>996.719</b>	<b>839.904</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PHOENIX TOWER PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		12/31/2017	12/31/2016	12/31/2017	12/31/2016
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	17	101.417	63.336	124.479	100.584
Custo das locações	18	(47.226)	(35.855)	(62.170)	(50.734)
LUCRO BRUTO		54.191	27.481	62.309	49.850
DESPESAS OPERACIONAIS:					
Gerais e administrativas	18	(17.845)	(19.939)	(27.542)	(25.319)
Outras receitas e despesas		-	(1.104)		(1.135)
Resultado de equivalência patrimonial	6	(3.853)	10.549	-	-
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		32.493	16.987	34.767	23.396
Despesas financeiras	19	(9.422)	(11.949)	(12.431)	(12.063)
Receitas financeiras	19	2.725	11.365	3.408	11.413
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		25.795	16.403	25.744	22.746
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL					
Correntes	13	-	-	(186)	(6.343)
Diferidos	13	78	1.662	315	1.662
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		25.873	18.065	25.873	18.065
QUANTIDADE MÉDIA PONDERADA DE AÇÕES		694.784.137	694.784.137		
LUCRO POR AÇÃO - R\$		0,037	0,026		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PHOENIX TOWER PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

(Em milhares de reais - R\$)

---

	<u>Controladora</u>		<u>Controladora</u>	
	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	25.873	18.065	25.873	18.065
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	<u>25.873</u>	<u>18.065</u>	<u>25.873</u>	<u>18.065</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

---

PHOENIX TOWER PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado)

	Nota explicativa	Reservas de lucros			Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
		Capital social	Reserva legal	Reserva de Retenção de lucros		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015		686.251	95	1.057	-	687.403
Aumento de capital	16.2	8.533	-	-	-	8.533
Lucro líquido do exercício		-	-	-	18.065	18.065
Reserva legal		-	903	-	(903)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	16.3	-	-	-	(4.290)	(4.290)
Distribuição de dividendos		-	-	(1.727)	-	(1.727)
Retenção de lucros		-	-	12.872	(12.872)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016		<u>694.784</u>	<u>998</u>	<u>12.202</u>	<u>-</u>	<u>707.984</u>
Lucro líquido do exercício		-	-	-	25.873	25.873
Reserva legal		-	1.294	-	(1.294)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	16.3	-	-	-	(6.145)	(6.145)
Distribuição de dividendos		-	-	(100)	-	(100)
Retenção de lucros		-	-	18.434	(18.434)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017		<u>694.784</u>	<u>2.292</u>	<u>30.536</u>	<u>-</u>	<u>727.612</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



PHOENIX TOWER PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>				
Lucro líquido do exercício	25.873	18.065	25.873	18.065
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício ao caixa gerado pelas atividades operacionais:				
Valor residual das baixas do ativo imobilizado	-	621	-	815
Depreciação e amortização	20.863	18.403	25.154	20.472
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(78)	(1.662)	(315)	4.681
Juros sobre empréstimos	5.936	1.511	6.853	1.511
Apropriação Fee - empréstimos	283	-	387	-
Provisão para linearização da receita	(544)	193	1.364	2.043
Provisão para desmobilização	1.070	271	1.800	747
Provisão para riscos cíveis e trabalhistas	197	107	1.016	(845)
Provisão para devedores duvidosos	318	4.246	294	4.246
Resultado de equivalência patrimonial	3.853	(10.549)	-	-
Outros	-	1.088	-	928
Aumento de ativos operacionais:				
Contas a receber de clientes	(1.637)	(3.345)	(9.362)	(5.793)
Impostos a recuperar	24	(2.734)	(111)	(2.786)
Aplicações financeiras restritas	(127)	(2.456)	(127)	(2.456)
Outros ativos	(614)	577	(1.013)	(283)
Aumento (redução) de passivos operacionais:				
Fornecedores e aluguéis a pagar	2.928	(1.397)	1.433	12.827
Obrigações tributárias	301	(1.687)	733	944
Obrigações trabalhistas	1.271	4.125	1.271	4.120
Outros passivos	196	(1.531)	207	(1.490)
Caixa gerado pelas operações	60.113	23.846	55.458	57.746
Juros pagos - empréstimos	(12.027)	(1.563)	(12.027)	(1.563)
Fees pagos - empréstimos	(2.521)	(1.852)	(2.521)	(2.520)
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	-	(8.795)
Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais	45.565	20.431	40.910	44.868
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>				
Dividendos	-	(1.289)	-	(1.799)
Aumento de capital em controlada	(46.889)	(22.410)	(30)	-
Aquisição de Imobilizado ou Intangível	(48.999)	(29.461)	(113.747)	(80.372)
Caixa na incorporação de controlada	-	4.504	-	-
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento	(95.888)	(48.656)	(113.777)	(82.171)
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>				
Aumento de Capital	-	8.533	-	8.533
Partes relacionadas	-	(3.237)	-	-
Captação de empréstimos	150.000	80.000	174.971	80.000
Pagamento de empréstimos	(80.000)	(16.201)	(80.000)	(15.771)
Fluxo de caixa gerado pelas atividades de financiamento	70.000	69.095	94.971	72.762
<b>AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>19.677</b>	<b>40.870</b>	<b>22.104</b>	<b>35.459</b>
Caixa e equivalentes de caixa:				
No início do exercício	41.029	159	41.147	5.688
No final do período	60.706	41.029	63.251	41.147
<b>AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>19.677</b>	<b>40.870</b>	<b>22.104</b>	<b>35.459</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## PHOENIX TOWER PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016  
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

---

### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Phoenix Tower Participações S.A. ("Companhia"), constituída em 9 de maio de 2014, é uma sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Engenheiro Luis Carlos Berrini, 105, 32º andar. A Companhia e suas controladas têm como atividade preponderante a cessão de uso de infraestrutura compartilhada ("sites"), que compreende torres de telecomunicações e respectiva infraestrutura, a operadoras de telecomunicações. Os sites são instalados em imóveis de terceiros - terrenos ("greenfield") ou topos de prédios ("rooftops"), os quais são alugados pela Companhia e suas controladas. A Companhia, por sua vez, é controlada pela Brazilian Tower - Fundo de Investimento em Participações e tem como controlador final o Blackstone Group.

Em 31 de dezembro de 2017, os sites mantidos pela Companhia e suas controladas são os seguintes:

	<u>Quantidade</u>
Sites em operação	1.290
Sites em construção	<u>5</u>
Total	<u><u>1.295</u></u>

#### Incorporação das controladas indiretas

Em 29 de abril de 2016, em Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovada a incorporação das entidades relacionadas abaixo à Phoenix Tower Participações S.A. A data base da incorporação foi de 30 de abril de 2016.

- T4U RJ Infraestrutura Ltda.
- T4U SPI Infraestrutura Ltda.
- T4U SP Infraestrutura Ltda.
- T4U Norte Infraestrutura Ltda.
- T4U SUL Infraestrutura Ltda.
- T4U ND Infraestrutura Ltda.

O laudo de avaliação contábil foi preparado pela empresa Partnership Auditores Independentes S/S, o qual indica o seguinte acervo líquido das empresas incorporadas, a valor contábil, na data base 30 de abril de 2016:

<u>ATIVO</u>	<u>RJ</u>	<u>SUL</u>	<u>ND</u>	<u>SPI</u>	<u>SP</u>	<u>NORTE</u>	<u>Total</u>	<u>Phoenix - 29/04/16</u>	<u>Phoenix - 30/04/16</u>
<b>CIRCULANTE</b>									
Caixa e Equivalente de Caixa	1.461	539	144	792	1.567	0	4.504	207	4.712
JP Morgan (Escrow)	-	-	-	-	-	-	-	59.948	59.948
Contas a Receber	1.062	577	1.252	3.111	3.372	948	10.322	432	10.754
Impostos a Recuperar	36	-	6	13	15	1	72	74	146
Adiantamentos	64	125	162	159	189	105	804	69	873
Outros Ativos	1	0	15	54	37	1	108	282	390
Dividendos a Receber	-	-	-	-	-	-	-	4.363	-
Total do ativo circulante	<u>2.624</u>	<u>1.242</u>	<u>1.580</u>	<u>4.129</u>	<u>5.180</u>	<u>1.056</u>	<u>15.810</u>	<u>65.375</u>	<u>76.822</u>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>									
Depósitos Judiciais	-	-	-	4	83	-	87	-	87
Despesas Antecipadas	208	108	-	-	-	6	322	145	467
Partes Relacionadas	3.388	1.244	331	9.277	8.581	498	23.319	3.358	-
Investimentos	-	-	-	-	-	-	-	157.087	69.142
Imobilizado	5.677	9.725	20.197	18.922	10.287	13.591	78.399	2.034	80.433
Intangível/ Ágio	-	-	-	-	-	-	-	604.597	604.597
Total do ativo não circulante	<u>9.273</u>	<u>11.077</u>	<u>20.528</u>	<u>28.204</u>	<u>18.951</u>	<u>14.095</u>	<u>102.127</u>	<u>767.221</u>	<u>754.727</u>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<u>11.897</u>	<u>12.319</u>	<u>22.107</u>	<u>32.333</u>	<u>24.131</u>	<u>15.151</u>	<u>117.938</u>	<u>832.596</u>	<u>831.550</u>
<b>PASSIVO</b>									
<b>CIRCULANTE</b>									
Fornecedores	180	432	1.090	408	361	818	3.289	436	3.725
Aluguéis a Pagar	183	85	206	482	786	122	1.862	56	1.919
Obrigações Tributárias	315	157	282	824	801	220	2.598	262	2.860
Obrigações Trabalhistas	33	-	73	371	316	-	793	226	1.019
Dividendos a Pagar	-	2.000	842	-	-	1.528	4.370	-	7
Partes Relacionadas	-	-	-	-	-	-	-	-	2.641
Outros Passivos	4	2	44	208	125	7	391	16	407
Total do passivo circulante	<u>715</u>	<u>2.676</u>	<u>2.537</u>	<u>2.293</u>	<u>2.388</u>	<u>2.695</u>	<u>13.303</u>	<u>997</u>	<u>12.578</u>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>									
JP Morgan (Escrow)	-	-	-	-	-	-	-	59.948	59.948
Provisão para Desmobilização de Ativo	325	171	425	535	824	174	2.454	11	2.466
Provisão para Linearização	1.010	29	1.704	159	841	1.084	4.827	-	4.827
Provisão para Contingências	-	-	-	4	21	-	25	-	25
Partes Relacionadas	-	688	1.013	192	1.468	6.023	9.383	19.934	-
Partes Relacionadas (PTI)	-	-	-	-	-	-	-	12.872	12.872
Total do passivo não circulante	<u>1.335</u>	<u>888</u>	<u>3.142</u>	<u>890</u>	<u>3.154</u>	<u>7.281</u>	<u>16.690</u>	<u>92.765</u>	<u>80.137</u>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>									
Capital	2.951	3.208	7.140	16.628	6.976	1.602	38.505	694.784	694.784
Reserva Legal	(3.165)	9	36	(9.419)	(11.224)	12	(23.751)	-	-
Resultado do Período	-	-	-	-	-	-	-	4.425	4.425
Ajustes de Anos Anteriores	-	-	-	-	76	-	76	-	-
Resultado Acumulado	11.428	5.539	9.253	33.700	26.405	3.561	89.887	39.625	39.625
Distribuição de Resultado	(1.367)	-	-	(11.760)	(3.645)	-	(16.772)	-	-
Total do patrimônio líquido	<u>9.848</u>	<u>8.755</u>	<u>16.429</u>	<u>29.150</u>	<u>18.588</u>	<u>5.175</u>	<u>87.945</u>	<u>738.834</u>	<u>738.834</u>
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<u>11.897</u>	<u>12.319</u>	<u>22.107</u>	<u>32.333</u>	<u>24.131</u>	<u>15.151</u>	<u>117.938</u>	<u>832.596</u>	<u>831.550</u>

## 2. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

### 2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

A Companhia e suas controladas atuam em um mesmo ambiente econômico, usando o real (R\$) como moeda funcional, que também é a moeda de apresentação das informações financeiras individuais e consolidadas. Adicionalmente, a Companhia e suas controladas não realizam operações significativas em moeda estrangeira.

## 2.2. Consolidação

### Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações da Companhia e de suas controladas. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as controladas e a Companhia são eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas, sendo destacada a participação dos acionistas não controladores, se aplicável.

### Investimentos em controladas

O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades.

Nesse método, os componentes dos ativos, passivos e resultados são combinados integralmente e o valor patrimonial da participação dos acionistas não controladores é determinado pela aplicação do percentual de participação deles sobre o patrimônio líquido das controladas.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as participações em controladas são reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial.

## 2.3. Utilização de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça estimativas que podem afetar o valor de ativos e passivos reportados, a divulgação de ativos e passivos contingentes nas datas dos balanços e os valores de receitas e despesas reportados para o período coberto. Na elaboração dessas demonstrações financeiras, algumas estimativas foram feitas pela Administração, incluindo a estimativa de vida útil dos bens do ativo imobilizado, a determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos e a provisão para riscos e processos judiciais. Podem ocorrer diferenças entre os resultados atuais e os estimados.

## 2.4. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa. As contas garantidas são registradas na rubrica "Empréstimos e financiamentos", no passivo circulante.

## 2.5. Contas a receber de clientes

Registradas pelos valores faturados, deduzidas das provisões para perdas com créditos de liquidação duvidosa. A provisão é constituída sobre recebíveis vencidos, além de contas específicas a receber consideradas não cobráveis, com base na avaliação individual de cada cliente.

Devido ao curto prazo de recebimento das contas a receber de clientes, o ajuste a valor presente não é relevante para efeito de registro e apresentação nas demonstrações financeiras.

## 2.6. Ativo imobilizado

Apresentado pelo custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada e perda por redução ao valor recuperável, quando aplicável. O custo de aquisição inclui os custos estimados a incorrer na desmobilização de torres e infraestrutura instaladas nos imóveis alugados de terceiros.

Os gastos de manutenção e reparo são registrados no resultado do exercício quando incorridos.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil econômica estimada de cada ativo pelo método linear, como segue:

	<u>Taxa média anual de depreciação - %</u>
Torres de telecomunicações e infraestrutura (sites) e custo de desmobilização	4%
Móveis e utensílios	10%
Máquinas e equipamentos	10%
Computadores e periféricos	20%

Os ganhos e as perdas em alienações de ativos imobilizados são apurados comparando-se o valor da venda com o valor contábil residual e são reconhecidos na demonstração do resultado na data de alienação.

## 2.7. Provisão para desmobilização de ativos

Constituída tendo como base os custos estimados a incorrer na desmobilização de torres instaladas em terrenos ou topos de prédios alugados de terceiros, de forma que seja registrada a melhor estimativa do montante de recursos necessários para restauração das áreas onde esses ativos foram instalados, conforme determina o CPC 27 - Ativo Imobilizado e a ICPC 12 - Mudanças em Passivos por Desativação, Restauração e Outros Passivos Similares. O montante registrado representa o valor presente dos custos nas datas estimadas para desmobilização dos ativos. Alterações subsequentes nas estimativas de fluxo de caixa futuro ou na taxa de desconto são reconhecidas no custo de desmobilização no ativo imobilizado, até o limite do custo registrado (quando uma diminuição), ou até o limite do seu valor recuperável (quando um aumento).

## 2.8. Avaliação do valor recuperável de ativos não financeiros (teste de "impairment")

A Administração da Companhia revisa o valor contábil líquido dos ativos não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando essas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

## 2.9. Tributação

### a) Imposto de renda e contribuição social correntes

A Companhia e as suas controladas T4U Brasil Ltda. e Torres do Brasil Ltda. optaram pela tributação do imposto de renda e da contribuição social com base no regime de lucro Real. O imposto de renda é computado pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para o valor que exceder R\$240 no período de 12 meses, e a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre esta base de cálculo.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferidos são calculados com base nas diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto e da contribuição social sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos são de 15%, acrescido do adicional de 10% para o valor que exceder R\$240 no período de 12 meses para o Imposto de Renda e 9% para a Contribuição Social.

O imposto diferido ativo é calculado sobre a diferença temporária da depreciação acelerada dos ativos fixos e intangíveis adquiridos na compra da PTB (vide Nota Explicativa nº1) e sobre a atualização monetária dos custos provisionados para desmobilização.

c) Impostos sobre as receitas

As receitas de locação de torres e de infraestrutura estão sujeitas aos impostos e contribuições a seguir:

- Programa de Integração Social - PIS - 1,65%.
- Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS – 7,6%.

Esses encargos são apresentados como deduções da receita operacional bruta na demonstração do resultado.

2.10. Ativos contingentes e provisões para demandas judiciais

Os ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são divulgados em nota explicativa.

As demandas judiciais são provisionadas se as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

As demandas judiciais avaliadas como de perdas possíveis são divulgadas em nota explicativa e as demandas judiciais avaliadas como de perdas remotas não são provisionadas nem divulgadas.

2.11. Reconhecimento de receitas

Os arrendamentos mercantis para os quais a Companhia não transfere substancialmente todos os riscos e benefícios da posse do ativo são registrados como arrendamentos mercantis operacionais. As receitas de locação das torres e de infraestrutura dos arrendamentos mercantis operacionais são reconhecidas de forma linear ao longo do prazo dos contratos de locação, ainda que para estes contratos exista um período de carência para faturamento.

A receita de locação é reconhecida quando seu valor puder ser mensurado com segurança e for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia.

2.12. Lucro por ação

O lucro básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido disponível aos acionistas da Companhia pelo número médio ponderado de ações em aberto durante o período. A Companhia não possui instrumentos diluidores que influenciem no cálculo do lucro por ação diluído.

### 2.13. Ágio

O ágio resultante de uma combinação de negócios é demonstrado ao custo na data da combinação do negócio, líquido da perda acumulada no valor recuperável, se houver.

Para fins de teste de redução ao valor recuperável, o ágio é alocado para cada uma das unidades geradoras de caixa que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

As unidades geradoras de caixa às quais o ágio foi alocado são submetidas anualmente a teste de redução ao valor recuperável, ou com maior frequência, quando houver indicação de que a unidade poderá apresentar redução ao valor recuperável. Se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que o valor contábil, a perda por redução ao valor recuperável é primeiramente alocada para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade e, posteriormente, aos outros ativos da unidade, proporcionalmente ao valor contábil de cada um de seus ativos. Qualquer perda por redução ao valor recuperável de ágio é reconhecida diretamente no resultado do exercício. A perda por redução ao valor recuperável não é revertida em exercícios subsequentes.

Quando da alienação da correspondente unidade geradora de caixa, o valor atribuível de ágio é incluído na apuração do lucro ou prejuízo da alienação.

### 2.14. Normas e interpretações novas e revisadas aplicáveis ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

#### Alterações às IFRS e novas interpretações de aplicação obrigatória a partir do exercício corrente

As normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) novas e revisadas a seguir, em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2017, foram adotadas nas demonstrações financeiras. A adoção dessas IFRS novas e revisadas, aplicáveis à Companhia, não teve nenhum efeito relevante sobre os valores reportados e/ou divulgados para o período corrente.

Pronunciamento	Descrição
Melhorias Anuais	Ciclo de IFRSs 2014–2016 - Alterações à IFRS 1 e à IAS 28. (a)
Alterações ao CPC 10 (IFRS 2)	Pagamento baseado em ações em relação à classificação e mensuração de determinadas transações com pagamento baseado em ações. (a)
Alterações ao CPC 28 / IAS 40	Transferências de Propriedade de Investimento(a)
Alterações ao CPC 36 Demonstrações Consolidadas (IFRS 10) e ao CPC 18 Investimento em Coligada (IAS 28)	Vendas ou contribuições de ativos entre um investidor e sua coligada ou seu empreendimento controlado em conjunto. (a)
ICPC 21 / IFRIC 22	Transações em moeda estrangeira e adiantamento. (a)
IFRIC 23	Incerteza sobre Tratamentos de Imposto de Renda. (a)
Alterações à IAS 7	Iniciativa de Divulgação(a)
Alterações à IAS 12	Reconhecimento de Impostos Diferidos Ativos para Perdas a Realizar(a)

Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas

<u>Pronunciamento</u>	<u>Descrição</u>
IFRS 9 (CPC 38)	Instrumentos Financeiros (b)
IFRS 15 (CPC 47)	Receitas de Contratos com Clientes (b)
IFRS 16 (CPC 06)	Arrendamentos (c)
Alterações à IFRS 2	Classificação e Mensuração de Transações de Pagamentos Baseados em Ações
Alterações à IFRS 10 e IAS 28	Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou "Joint Venture" (d)
Alterações à IAS 7	Iniciativa de Divulgação (d)
IFRIC 22	Transações com Adiantamentos em Moedas Estrangeiras (b)
Alterações à IAS 40	Transferência de Propriedades de Investimentos (b)

- (a) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2017.
- (b) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018.
- (c) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019, com adoção antecipada permitida.
- (d) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após uma data a ser determinada.

A Administração da Companhia não espera efeitos relevantes sobre as demonstrações financeiras decorrentes da aplicação desses pronunciamentos, com exceção ao IFRS 16, que poderá causar impactos os quais, no momento, ainda não foram avaliados.

## 3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Caixas e bancos	3	5	4	31
Aplicações financeiras (*)	60.703	41.024	63.247	41.116
Total	<u>60.706</u>	<u>41.029</u>	<u>63.251</u>	<u>41.147</u>

- (\*) As aplicações financeiras classificadas como equivalentes de caixa são mantidas para atender aos compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins, visto que a Companhia considera equivalente de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa, sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Tais aplicações financeiras são realizadas substancialmente em Fundos, remuneradas a taxas que acompanham a variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI, podendo ser resgatadas a qualquer tempo sem prejuízo da sua remuneração.

## 4. APLICAÇÕES FINANCEIRAS RESTRITAS

	<u>Controladora e Consolidado</u>	
	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Ativo circulante:		
Aplicação restrita JP Morgan (i)	9.934	9.474
Conta garantia – empréstimo IFC (ii)	2.503	2.456
Total	<u>12.437</u>	<u>11.930</u>
Passivo circulante:		
Contas a pagar pela aquisição da Phoenix Tower Brasil (i)	<u>(9.285)</u>	<u>(8.905)</u>



- (i) Refere-se ao montante depositado no Banco JP Morgan e aplicados em CDB emitidos pelo Banco, com utilização restrita. Em 31 de dezembro de 2017, o saldo é de R\$9.934 (R\$9.474 em 31 de dezembro de 2016). Os valores aplicados são de utilização restrita ao pagamento do preço de compra da Phoenix Tower do Brasil ("PTB") registrados na rubrica "Contas a pagar" no passivo circulante.
- (ii) Refere-se a conta bancária no Banco Santander, na qual são retidos os valores recebidos das faturas emitidas às operadoras TIM, Claro, Telefônica, referente aos sites dados em garantia ao empréstimo junto ao Internacional Financial Corporation ("IFC"). Esta conta bancária é controlada pelo Banco Santander e os valores que nela são retidos são utilizados para pagamento dos juros, "fees" e principal do referido empréstimo.

## 5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Locações a receber	15.188	14.447	20.991	16.234
Locações a receber (carência)	1.294	398	5.750	1.145
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(5.007)	(4.689)	(5.022)	(4.728)
<b>Total</b>	<b>11.475</b>	<b>10.156</b>	<b>21.719</b>	<b>12.651</b>
Circulante	10.289	9.797	16.449	11.621
Não circulante	1.186	359	5.270	1.030

De acordo com os contratos celebrados com os clientes, os valores de locação são substancialmente recebidos até o 21º dia do mês subsequente.

O saldo de contas a receber de clientes por vencimento é conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
A vencer	9.196	8.965	12.829	10.079
Vencidos:				
Até 30 dias	184	526	876	976
De 31 a 180 dias	569	2.101	1.961	2.234
Mais de 180 dias	5.239	2.855	5.325	2.945
<b>Total</b>	<b>15.188</b>	<b>14.447</b>	<b>20.991</b>	<b>16.234</b>
Locação a receber (carência) - circulante	108	39	480	115
Locação a receber (carência) - não circulante	1.186	359	5.270	1.030
<b>Total</b>	<b>1.294</b>	<b>398</b>	<b>5.750</b>	<b>1.145</b>

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	Controladora	Consolidado
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2016	(4.689)	(4.728)
Complemento de provisão	(763)	(763)
Reversão de provisão (*)	445	469
<b>Saldo final em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>(5.007)</b>	<b>(5.022)</b>

- (\*) Reversão da provisão devido a pagamento efetuado no valor R\$ 400 pelo cliente ON TELECOM e R\$45 pelo cliente OI a controladora e ao pagamento de R\$24 a controlada T4U Brasil pelo cliente OI. Os pagamentos referem-se a faturas vencidas em períodos anteriores, que foram negociadas e recebidos junto aos clientes.

A companhia efetua uma análise individual para os clientes vencidos, para estimar a provisão para créditos de liquidação duvidosa, levando em consideração que 100% dos clientes possuem contratos ativos.

## 6. INVESTIMENTOS

## 6.1. Composição:

	Participação - %	Patrimônio líquido 2016	Resultado de equivalência patrimonial 2017	Juros capitalizados em controlada 2017	Aumento de capital 2017	Saldo de investimento	
						2017	2016
T4U Brasil Ltda.	99,99	65.633	(4.009)	3.909	56.589	122.122	65.633
Torres do Brasil Ltda.	99,99	997	156	-	2.082	3.235	997
PTA		-	-	-	30	30	-
Total		<u>66.630</u>	<u>(3.853)</u>	<u>3.909</u>	<u>58.701</u>	<u>125.387</u>	<u>66.630</u>

## 6.2. Movimentação dos investimentos da controladora

Saldo em 31 de dezembro de 2016	66.630
Resultado de equivalência patrimonial	(3.853)
Capitalização de juros (b)	3.909
Aumento de capital na controlada T4U Brasil Ltda. (a)	56.589
Aumento de capital na controlada Torres do Brasil Ltda. (c)	2.082
Aumento de capital na controlada PTA	30
Saldo em 31 dezembro de 2017	<u>125.387</u>

- (a) A Companhia deliberou, em 3 de outubro de 2016, em Assembleia Geral Extraordinária, a aprovação para o aumento de capital da sua investida T4U Brasil Ltda. Até o limite de 5 anos, através da subscrição de 82.721.432 cotas, ao valor de R\$1,00 cada totalizando o valor de R\$82.721.

Durante o exercício de 2016, a Companhia aumentou o capital da controlada T4U Brasil Ltda., no montante de R\$24.817 em espécie.

Durante o exercício de 2017, a Companhia aumentou o capital da controlada T4U Brasil Ltda., sendo que o montante de R\$11.782 foi integralizado através da transferência de ativo imobilizado (torres e infraestruturas) e o montante de R\$44.807 em espécie.

- (b) Conforme descrito na nota explicativa nº 7, a Companhia capitalizou a parcela dos juros incorridos referente ao financiamento obtido junto ao IFC para a construção de torres na Companhia e na T4U Brasil Ltda. O montante de R\$3.939 refere-se ao valor alocado na T4U Brasil Ltda. que, nas demonstrações financeiras consolidadas foram alocados para a rubrica "Imobilizado".

- (c) A Companhia deliberou, em 3 de outubro de 2016, em Assembleia Geral Extraordinária, a aprovação para o aumento de capital da sua investida Torres do Brasil Ltda. Até o limite de 5 anos, através da subscrição de 9.900.00 cotas, ao valor de R\$1,00 cada totalizando o valor de R\$9.900.

Durante o exercício de 2016, a Companhia aumentou o capital da controlada T4U Brasil Ltda., no montante de R\$877 em espécie.

Durante o exercício de 2017, a Companhia aumentou o capital da controlada T4U Brasil Ltda., no montante de R\$2.082 em espécie.

## 6.3. Principais informações sobre as demonstrações financeiras das controladas

As participações em controladas, avaliadas pelo método de equivalência patrimonial, foram apuradas de acordo com o balanço em 31 de dezembro de 2017, e as principais informações sobre as demonstrações financeiras estão assim demonstradas:

31 de dezembro de 2017				
Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Lucro líquido (prejuízo) do exercício	
Controlada direta:				
T4U Brasil Ltda.	179.068	60.855	122.122	(4.009)
Torres do Brasil Ltda.	3.259	24	3.235	156
31 de dezembro de 2016				
Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Lucro líquido do exercício	
Controlada direta:				
T4U Brasil Ltda.	85.101	19.468	65.633	10.531
Torres do Brasil Ltda.	1.026	29	997	19

## 7. IMOBILIZADO

### 7.1. Composição:

	Taxa anual de depreciação - %	Custo	Controladora		
			31/12/2017		31/12/2016
			Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Torres e infraestrutura	4	138.364	(31.573)	106.791	90.826
Valor justo de torres (a)	6,25	5.845	(929)	4.916	5.267
Móveis e utensílios	10	345	(104)	241	235
Maquinas e equipamentos	10	76	(36)	40	38
Computadores	20	512	(208)	304	269
Benfeitorias	20	1.122	(541)	581	787
Outros	20	1.315	(64)	1.251	823
Custo de desmobilização de ativos	4	16.421	(759)	15.662	610
Juros capitalizados (b)	4	1.989	(134)	1.855	-
Estoque de estrutura vertical	-	145	-	145	113
Construção em andamento	-	23.256	-	23.256	7.487
<b>Total</b>		<b>189.390</b>	<b>(34.348)</b>	<b>155.042</b>	<b>106.455</b>
Consolidado					
	Taxa anual de depreciação - %	Custo	31/12/2017		31/12/2016
			Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Torres e infraestrutura	4	266.983	(38.620)	228.363	138.351
Valor justo de torres (a)	6,25	5.845	(929)	4.916	5.267
Móveis e utensílios	10	493	(231)	262	260
Maquinas e equipamentos	10	147	(87)	60	61
Computadores	20	872	(442)	430	445
Benfeitorias	20	1.163	(541)	622	787
Outros	20	2.322	(350)	1.972	1.666
Custo de desmobilização de ativos	4	30.407	(1.210)	29.197	977
Juros capitalizados (b)	4	1.989	(134)	1.855	-
Terrenos	-	1.259	-	1.259	401
Estoque de estrutura vertical	-	18.018	-	18.018	12.644
Construção em andamento	-	33.895	-	33.895	26.812
<b>Total</b>		<b>363.393</b>	<b>(42.544)</b>	<b>320.849</b>	<b>187.671</b>

(a) Alocação do valor justo atribuído aos ativos imobilizados por ocasião da aquisição da Companhia em maio de 2015. O prazo de depreciação foi determinado pela vida útil remanescente das torres avaliada em 16 anos.

- (b) Foram capitalizados a parcela dos juros incorridos referente ao financiamento obtido junto ao IFC para a construção de torres na Companhia e na T4U Brasil Ltda.

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seu ativo imobilizado para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Não houve provisão para perda de ativos no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, em função de não ter sido identificado qualquer fator que pudesse indicar a necessidade para referida provisão.

Durante o exercício, a Companhia não identificou a necessidade de revisar a vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação do ativo imobilizado.

## 7.2. Movimentação:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2016	106.455	187.671
Adições	48.386	111.699
Transferência de ativo imobilizado para controlada (i)	(11.782)	-
Provisão para desmobilização de ativos (ii)	15.510	29.222
Capitalização de juros	1.989	1.989
Depreciação	(5.516)	(9.732)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>155.042</u>	<u>320.849</u>

- (i) A Companhia aumentou o capital da controlada T4U Brasil Ltda., e o montante de R\$11.782 foi integralizado através da transferência de ativo imobilizado, conforme mencionado na nota explicativa nº 6.
- (ii) Em 31 de dezembro de 2017, a Administração da Companhia revisou as premissas referentes ao custo de desmobilização e a taxa de desconto utilizados para o cálculo da provisão para desmobilização. Conforme Intepretação Técnica ICPC 12 - Mudanças em Passivos por Desativação, Restauração e Outros Passivos Similares, a Companhia registrou os efeitos no cálculo dessa provisão para desmobilização no grupo do imobilizado.

## 7.3. Provisão para desmobilização de ativos

Conforme estabelecido nos contratos de locação, a Companhia e suas controladas são responsáveis pela desmontagem e remoção das torres e infraestrutura instaladas nos terrenos e topos de prédios alugados de terceiros. Assim, a Companhia aplicou a Interpretação Técnica ICPC 12 – Mudanças de Passivos por Desativação, Restauração e Outros Passivos Similares, registrando a provisão apurada a partir de sua melhor estimativa dos custos a incorrer na desmontagem desses equipamentos ao término do contrato de locação, descontados a valor presente considerando uma taxa real de juros baseada no CDI descontado pela inflação medida conforme o IPCA. Em 31 de dezembro de 2017, o montante registrado é de R\$19.306 na controladora (R\$2.275 em dezembro de 2016) e R\$34.014 (R\$3.309 em dezembro de 2016) no consolidado.

### 7.3.1 Movimentação da provisão:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2016	2.725	3.039
Adições de novos sites (i)	15.511	29.175
Despesa com desmobilização (ii)	1.070	1.800
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>19.306</u>	<u>34.014</u>

- (i) Refere-se a custo de desmobilização dos sites construídos durante o ano de 2017 e da revisão da taxa de desconto utilizada no cálculo da provisão para desmobilização.
- (ii) Refere-se a correção dos valores de custo de sites construídos até 2017, por mudanças da taxa de inflação e atualização dos preços de custo.

## 8. INTANGÍVEL

	Vida útil anos	Controladora			Consolidado		
		Custo	Amortização acumulada	31/12/2017 Líquido	31/12/2016 Líquido	31/12/2017 líquido	31/12/2016 Líquido
Contratos de clientes (*)	16	240.525	(37.552)	202.973	218.006	202.973	218.006
Ágio na aquisição de investimentos (*)	N/A	356.897	-	356.897	356.897	356.897	356.897
Outros intangíveis	5 a 6	2.649	(657)	1.992	1.724	7.909	2.358
Total		<u>600.071</u>	<u>(38.209)</u>	<u>561.862</u>	<u>576.627</u>	<u>567.779</u>	<u>577.261</u>

A movimentação é demonstrada como segue:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2016	576.627	577.261
Adições	582	5.940
Amortizações (*)	(15.347)	(15.422)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>561.862</u>	<u>567.779</u>

(\*) Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Companhia constituiu imposto de renda e contribuição social diferidos ativo sobre a diferença temporária entre a amortização fiscal e a amortização contábil do intangível gerado na aquisição da PTB, registrado na rubrica "Imposto de renda e contribuição social diferidos" no ativo não circulante.

### Análise de Recuperabilidade do Ágio

O ágio está sujeito a testes de recuperabilidade anualmente conforme descrito no CPC 01 – Redução ao valor recuperável de ativos.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia efetuou as projeções do valor recuperável do ágio com base no cálculo do valor em uso, utilizando as projeções dos fluxos de caixa com base em orçamento financeiro de cinco anos aprovado pela Administração e a taxa de desconto de 13,21 % ao ano (13,21% ao ano em 2016).

As projeções dos fluxos de caixa para o período orçado baseiam-se nas mesmas margens brutas esperadas para o período e na inflação para o período. Os fluxos de caixa posteriores ao período de cinco anos foram extrapolados a uma taxa de crescimento anual constante de 4,9% (2016: 4,9%), que corresponde à taxa de crescimento média a longo prazo projetada no mercado nacional. A Administração acredita que nenhum tipo de mudança razoavelmente possível nas premissas-chave, nas quais o valor recuperável se baseia, levaria o valor contábil total a exceder o valor recuperável do ágio.

## 9. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

### Empréstimo IFC

Em 20 de junho de 2016, a Companhia firmou um contrato de empréstimo na modalidade de linha de crédito com a instituição IFC, no valor total de R\$80.000. O contrato tem por vigência o prazo de 8 anos e taxa de juros de CDI+ 3,5% a.a. Este empréstimo foi totalmente liquidado em 28 de dezembro de 2017.

Em 11 de dezembro de 2017, a Companhia firmou um contrato de empréstimo na modalidade de linha de crédito com a instituição IFC no valor total de R\$150.000. O contrato tem por vigência o prazo de 8 anos e taxa de juros de CDI+ 2,75% a.a. Em 28 de dezembro de 2017, a Companhia recebeu 100% dos recursos, dos quais R\$ 80.000 foram utilizados para pré-pagar a linha junto ao IFC obtida em 20 de junho de 2016.

#### Financiamento BNDES

Em 10 de novembro de 2016, a T4U Brasil Ltda. firmou contrato de financiamento na modalidade de linha de crédito para a construção de novos sites com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) no valor total de R\$42.000, que deverá ser utilizado em um prazo de 8 anos e as liberações ocorrerão conforme o andamento dos projetos. Em 2017, foi liberado o montante de R\$24.971.

A movimentação é demonstrada como segue:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2016	80.870	80.202
Captação de financiamento (i)	150.000	174.971
Pagamento de empréstimo	(80.000)	(80.000)
Juros incorridos (ii)	13.089	14.006
Juros pagos	(12.027)	(12.027)
"Fees" pagos (iii)	(2.521)	(2.521)
Baixa "fees" e juros	(1.256)	(1.255)
Apropriação "fee" de entrada e estruturação (i)	284	388
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>148.439</u>	<u>173.764</u>
Circulante	37	329
Não circulante	148.402	173.435

- (i) No consolidado, captação de financiamentos IFC (II) e BNDES.
- (ii) Dos juros incorridos, o montante de R\$5.898 foi capitalizado durante o período, sendo R\$1.989 referente a construções de sites da controladora (vide nota 7.1) e R\$3.909 na controlada T4U Brasil (vide nota 6.2)
- (iii) "Fee" pago na contratação e amortizado mensalmente.

O vencimento do montante registrado como principal no passivo é como segue:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>Principal</u>	<u>Principal + Juros</u>	<u>Principal</u>	<u>Principal + Juros</u>
2019	-	14.678	4.283	20.118
2020	5.000	19.718	9.283	25.158
2021	30.000	43.944	34.283	49.384
Acima de 2021	115.000	141.543	<u>127.476</u>	157.148
Fee a ser amortizado(a)	<u>(1.561)</u>	<u>(1.561)</u>	<u>(1.561)</u>	<u>(1.561)</u>
	<u>148.439</u>	<u>218.322</u>	<u>173.764</u>	<u>250.247</u>

- (a) "Fee" pago na contratação e amortizado mensalmente.

#### Garantias

Como garantia do empréstimo junto ao IFC (I) e (II), foi criada uma conta bancária, na qual são retidos os valores recebidos das faturas emitidas às operadoras TIM Celular S.A., Claro S.A. e Telefônica Brasil S.A. referente aos sites dados em garantia (vide nota explicativa nº4).

Cláusulas restritivas de contratos ("covenants")

O contrato de empréstimo junto ao IFC (I) possui as seguintes cláusulas de restrição financeira ("covenants"):

- (a) Saldo da dívida dividido pela EBITDA menor que: (i) 3 para o período até 31 de dezembro de 2018; (ii) 2,75 entre o período de janeiro a 31 dezembro de 2019; (iii) 2,5 para os períodos posteriores a 31 de dezembro de 2019.
- (b) Total do passivo sobre patrimônio líquido menor que 0,4.
- (c) Cobertura do serviço da dívida maior que 1,5.

O contrato de empréstimo junto ao IFC (II) possui as seguintes cláusulas de restrição financeira ("covenants"):

- (a) Saldo da dívida dividido pela EBITDA menor que: (i) 3 para o período até 31 de dezembro de 2018; (ii) 2,5 entre o período de janeiro a 31 dezembro de 2019; (iii) 2 entre o período de janeiro a 31 dezembro de 2020; (iv) 1,5 para os períodos posteriores a 31 de dezembro de 2021.
- (b) Total do passivo sobre patrimônio líquido menor que 0,3.
- (c) Cobertura do serviço da dívida maior que 1,2.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia estava adimplente com essas cláusulas.

## 10. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Construção de infraestrutura e fornecimento de torres	4.090	1.865	18.631	18.608
Outros fornecedores	877	361	988	488
Total	<u>4.967</u>	<u>2.226</u>	<u>19.619</u>	<u>19.096</u>

## 11. ALUGUÉIS A PAGAR

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Aluguel de terrenos e topos de edifícios (*)	<u>2.333</u>	<u>2.146</u>	<u>3.543</u>	<u>2.632</u>

- (\*) Corresponde aos valores a pagar dos contratos de locação de terrenos e topos de prédios alugados de terceiros, com cláusulas típicas de atualização monetária anual com base em índices de preços (Índice Geral de Preço de Mercado - IGP-M e Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA). Tais contratos são firmados pelo prazo de 10 anos sujeitos a renovação automática e são reconhecidos como arrendamentos mercantis operacionais, e os pagamentos mínimos futuros, a valores de 31 de dezembro de 2017, totalizaram R\$606.759 (R\$540.482 em 31 de dezembro de 2016) e estão assim distribuídos:

	Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016
Até um ano	40.399	31.144
Mais de um ano e até cinco anos	178.582	139.634
Mais de cinco anos	<u>387.777</u>	<u>369.704</u>
Total	<u>606.759</u>	<u>540.482</u>

O valor das despesas de aluguel, no consolidado, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foi de R\$35.933 (R\$27.717 em 31 de dezembro de 2016).

## 12. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ	-	-	2	2
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL	-	-	22	1
Programa de Integração Social – PIS	141	183	171	197
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	598	733	798	796
Imposto Sobre Serviço de qualquer natureza - ISS	345	128	614	253
Imposto Nacional do Seguro Social – INSS	242	42	377	146
Outras	218	157	521	377
Total	<u>1.544</u>	<u>1.243</u>	<u>2.505</u>	<u>1.772</u>

## 13. IMPOSTO RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

## a) Imposto de renda e contribuição social correntes

Os valores de imposto de renda e contribuição social na demonstração do resultado apresentam a seguinte reconciliação em relação aos seus valores com base na alíquota nominal:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	25.795	16.403	25.744	22.746
Alíquota	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal	(8.770)	(5.577)	(8.753)	(7.735)
Resultado de equivalência patrimonial	(1.310)	3.587	-	-
Amortização ágio na aquisição da PTB	17.335	10.018	17.335	10.018
Efeito das empresas tributadas pelo lucro presumido	-	-	-	(1.287)
Outras diferenças permanentes, líquidas	<u>(7.255)</u>	<u>(8.028)</u>	<u>(8.768)</u>	<u>(7.340)</u>
Despesa com imposto de renda e contribuição social	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(186)</u>	<u>(6.344)</u>

## b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Refere-se, substancialmente, a adição temporária da amortização de contrato de clientes e mais valia de ativo imobilizado entre o período de junho de 2015 a abril de 2016. Neste período, a Companhia não pode tomar o benefício fiscal, visto que a incorporação da PTB ocorreu em abril de 2016.

Em 31 de dezembro de 2017, a T4U Brasil e a Phoenix Tower Participações possuem saldo de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social no valor de R\$28.780 e R\$35.148, respectivamente (sem prazo de prescrição), para o qual não foi constituído o crédito tributário correspondente.

## 14. PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS E CÍVEIS

A Companhia e suas controladas são partes em processos trabalhistas e cíveis e estão discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, para as quais, quando aplicável, foram efetuados depósitos judiciais. As provisões para eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, com base na opinião dos consultores legais da Companhia. A movimentação da provisão para demandas judiciais relacionadas a processos avaliados como perda provável está assim demonstrada:



	Controladora			
	<u>Trabalhistas</u>	<u>Cíveis</u>	<u>Total</u>	<u>Depósitos judiciais</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2017	319	10	329	21

	Consolidado			
	<u>Trabalhistas</u>	<u>Cíveis</u>	<u>Total</u>	<u>Depósitos judiciais</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2017	892	256	1.148	343

As demandas judiciais envolvem principalmente os seguintes processos:

#### Trabalhistas

A provisão de R\$892 está relacionada a três processos trabalhistas movidos por ex-funcionários cujos pedidos estão relacionados com pagamentos de verbas rescisórias, tais como adicionais salariais e horas extras. Essa provisão é revisada periodicamente com base na evolução dos processos e no histórico de perdas das reclamações trabalhistas para refletir a melhor estimativa corrente.

Os processos na esfera trabalhista avaliados como perda possível totalizam R\$47 em 31 de dezembro de 2017 (R\$47 em dezembro de 2016).

#### Cíveis

Correspondem principalmente a multas administrativas emitidas por órgãos públicos municipais em virtude de ausência de licenças para instalação das torres em terrenos e topos de prédios alugados de terceiros.

Os processos na esfera cível avaliados como perda possível totalizam R\$1.400 em 31 de dezembro de 2017 (R\$72 em dezembro de 2016).

#### Tributários

Os processos de natureza tributária na esfera municipal referem-se a multas administrativas relacionadas a impostos municipais, avaliados como perda possível e totalizam R\$856 em 31 de dezembro de 2017 (R\$1.488 em dezembro de 2016).

### 15. RECEITA DIFERIDA

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Linearização de receita	<u>4.477</u>	<u>5.021</u>	<u>7.668</u>	<u>6.304</u>

Os montantes registrados na rubrica de receita diferida representam os efeitos das receitas de aluguéis reconhecidas de forma linear de acordo com o prazo dos contratos.

### 16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

#### 16.1. Capital social

Em 31 de dezembro de 2017, o capital social subscrito e integralizado está representado por 694.784.136 (686.784.136 em 31 de dezembro de 2016) ações ordinárias, sem valor nominal, detidas 100% pela Brazilian Towers - Fundo de Investimento em Participações.

## 16.2. Aumento de capital

A Companhia deliberou, em 7 de janeiro de 2016, em Assembleia Geral Extraordinária, pelo aumento do capital social em R\$8.533, passando de R\$686.251 para R\$694.784, mediante emissão de 8.533.341 ações ordinárias, sem valor nominal.

## 16.3. Distribuição de dividendos

Conforme Estatuto Social da Companhia, os acionistas terão direito a um dividendo obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado pela destinação de 5% desse lucro para a constituição de reserva legal.

Em 31 de dezembro de 2016, o montante de dividendos obrigatórios declarados foi de R\$4.290 e os dividendos distribuídos referente a reserva de lucros foi de R\$1.727.

Em 31 de dezembro de 2017, o montante de dividendos declarados foi de R\$ 6.245, dos quais R\$6.145 referem-se a dividendos obrigatórios.

## 17. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Receitas de locação de torres e infraestrutura	108.439	69.295	131.675	111.018
Receitas de locação de torres e infraestrutura – carência	1.055	399	4.606	1.395
Impostos sobre receitas de locação	(8.621)	(6.163)	(10.437)	(9.786)
Receita diferida – linearização dos alugueis	544	(195)	(1.365)	(2.043)
Receita operacional líquida	<u>101.417</u>	<u>63.336</u>	<u>124.479</u>	<u>100.584</u>

## 18. CUSTO E DESPESAS POR NATUREZA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Aluguel de imóveis de terceiros	25.704	16.725	35.933	27.717
Manutenção e reparos	1.239	957	1.807	1.587
Depreciação e amortização - sites	20.283	18.173	24.431	21.430
Depreciação e amortização - adm	477	230	618	359
Salários e encargos sociais	7.849	10.411	14.736	13.978
Aluguel e condomínio	393	230	688	540
Internet e telecomunicações	112	174	523	549
Viagens	653	306	1.225	786
Despesas Legais	2.088	1424	2.136	1.472
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	318	4.246	294	4.246
Serviços prestados por terceiros	2.928	1.856	3.088	2.363
Outros custos	3.027	1.062	4.233	1.026
Total	<u>65.071</u>	<u>55.794</u>	<u>89.712</u>	<u>76.053</u>
Custo das locações	47.226	35.855	62.170	50.734
Gerais e administrativas	17.845	19.939	27.542	25.319
Total	<u>65.071</u>	<u>55.794</u>	<u>89.712</u>	<u>76.053</u>

## 19. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	31/12/17	31/12/16	31/12/17	31/12/16
Juros sobre empréstimos e financiamentos	13.088	4.838	13.990	4.838
(-) Juros capitalizados	(5.764)	-	(5.764)	-
Ajuste a valor presente sobre a provisão para desmobilização	1.070	-	1.801	-
"Fee" de empréstimos e financiamentos	1.612	-	1.699	-
Varição cambial passiva	-	1.955	-	1.955
Despesas bancárias	288	680	327	981
Outras despesas financeiras	(872)	4.476	378	4.289
Total das despesas financeiras	<u>9.422</u>	<u>11.949</u>	<u>12.431</u>	<u>12.063</u>
Receitas de aplicações financeiras	2.106	5.536	2.232	5.580
Varição cambial ativa	-	5.282	-	5.282
Outras receitas financeiras	619	547	1.176	551
Total das receitas financeiras	<u>2.725</u>	<u>11.365</u>	<u>3.408</u>	<u>11.413</u>

## 20. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

O pessoal-chave da Administração é composto pela diretoria executiva da Companhia. A remuneração desses profissionais está apresentada a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016
Benefícios de curto prazo - salários	3.242	2.876
Remuneração Variável – bônus	2.353	2.115
Encargos sociais	648	740
Outros benefícios indiretos (*)	367	303
Total	<u>6.610</u>	<u>6.034</u>

(\*) Estão representados substancialmente por reembolso de despesas de locomoção, aluguel, passagens aéreas e hospedagem. A Companhia não concede outros benefícios de curto prazo a esses profissionais.

## 21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

## 21.1. Fatores de risco

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: de mercado (incluindo risco cambial e de taxa de juros), de crédito e de liquidez, conforme a seguir detalhado. O gerenciamento desses riscos é realizado por meio de definição de estratégias conservadoras, visando à rentabilidade, liquidez e segurança, de acordo com políticas aprovadas pela Administração da Companhia.

A seguir, os detalhes da exposição da Companhia aos riscos mencionados:

## a) Riscos de mercado

## (i) Risco de fluxo de caixa ou valor justo associado ao risco de taxas de juros

Refere-se ao risco de variação do valor justo dos fluxos de caixa futuros de instrumentos financeiros devido à variação nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia ao risco de variação nas taxas de juros de mercado é aplicável principalmente às aplicações financeiras incluídas em caixa e equivalentes de caixa e empréstimos e financiamentos, ambos indexados à variação do CDI, podendo afetar o resultado e os fluxos de caixa da Companhia.

## b) Risco de crédito

Refere-se ao risco de a contraparte não honrar suas obrigações relativas a um instrumento financeiro ou contrato com cliente, gerando uma perda financeira. A Companhia está exposta principalmente a risco de crédito referente ao caixa e equivalentes de caixa e às contas a receber de clientes. O risco de crédito é minimizado por meio das seguintes políticas:

## (i) Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia adota métodos que restringem os valores que possam ser alocados a uma única instituição financeira e leva em consideração limites monetários e classificações de crédito das instituições financeiras com as quais opera, que são periodicamente atualizadas.

## (ii) Contas a receber de clientes

O risco de crédito é monitorado pela Administração da Companhia que entende que o risco é mínimo visto que os contratos de locação foram celebrados, principalmente, com grandes operadoras de telecomunicações.

## c) Risco de liquidez

Surge da possibilidade de a Companhia não cumprir as obrigações contratadas nas datas previstas e de necessidades de caixa devido às restrições de liquidez de mercado. O excesso de caixa é gerenciado pela Tesouraria da Companhia, que o investe em aplicações financeiras com incidência de juros, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões de fluxo de caixa.

## 21.2. Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são salvaguardar sua capacidade de continuidade para oferecer retorno a seus acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir os custos associados a essa geração de resultados e benefícios.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de distribuição de lucros, devolver capital aos acionistas ou, ainda, reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

## 21.3. Categoria de instrumentos financeiros

	Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016
Ativos financeiros a custo amortizado		
Caixa e equivalentes de caixa	63.251	41.147
Aplicações Financeiras Restritas	12.437	11.930
Contas a receber de clientes	21.719	12.651
Outros Ativos	2.372	1.323
Depósitos judiciais	343	382
Passivos financeiros a custo amortizado		
Empréstimos e financiamentos	173.763	80.202
Fornecedores	19.619	19.096
Contas a Pagar	9.285	8.905
Outros Passivos	236	28
Aluguéis a pagar	3.543	2.632

## 21.4. Valor justo

A seguir uma comparação por classe do valor contábil e do valor justo dos principais instrumentos financeiros da Companhia apresentados nas informações financeiras:

	Consolidado	
	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros:		
Caixa e equivalentes de caixa	63.251	63.251
Contas a receber de clientes	21.719	21.719
Depósitos judiciais	343	343
Total	<u>85.313</u>	<u>85.313</u>
Passivos financeiros:		
Empréstimos e financiamentos	173.763	173.763
Fornecedores	19.619	19.619
Aluguéis a pagar	3.543	3.543
Total	<u>196.925</u>	<u>196.925</u>

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é a quantia pela qual o instrumento poderá ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar e não em uma venda ou liquidação forçada. Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo:

- Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e contas a pagar a fornecedores aproximam-se do respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento de curto prazo desses instrumentos.
- O valor justo de empréstimos e financiamentos é mensurado pelo valor de custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva.

## 21.5. Estimativa do valor justo

O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível à Companhia para instrumentos financeiros similares.

A Companhia aplica o pronunciamento técnico CPC 40 Instrumentos financeiros: Evidenciação/IFRS 7 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo conforme nível da hierarquia de mensuração pelo valor justo. O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de um distribuidor, bolsa, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação ou agência reguladora e se aqueles preços representarem transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em bases puramente comerciais.

As estimativas de valor justo para as aplicações financeiras e os instrumentos financeiros derivativos estão incluídas no nível 2, que consideram preços cotados em mercados ativos para instrumentos similares, preços cotados para instrumentos idênticos ou similares e mercados não ativos e modelos de avaliação para os quais "inputs" são observáveis.

## 21.6. Tabela do risco de liquidez e juros

As tabelas a seguir mostram em detalhes o prazo de vencimento contratual das linhas de crédito e os prazos de amortizações contratuais.

		Controladora			
	Taxa de juros efetiva média ponderada %	Até um ano R\$	De 1 a 5 anos R\$	Mais de 5 anos R\$	Total R\$
31 de dezembro de 2017					
Linha de Crédito IFC	7,00%	11.712	134.883	85.000	231.595
		11.712	134.883	85.000	231.595
		Controladora			
	Taxa de juros efetiva média ponderada %	Até um ano R\$	De 1 a 5 anos R\$	Mais de 5 anos R\$	Total R\$
31 de dezembro de 2016					
Linha de Crédito IFC	8,64%	12.995	86.875	48.825	148.695
		12.995	86.875	48.825	148.695
		Consolidado			
	Taxa de juros efetiva média ponderada %	Até um ano R\$	De 1 a 5 anos R\$	Mais de 5 anos R\$	Total R\$
31 de dezembro de 2017					
Linha de Crédito IFC	7,00%	11.712	134.883	85.000	231.595
Linha de Crédito BNDES	4,50%	1.513	21.759	10.166	33.438
		13.225	156.642	95.166	265.033
		Consolidado			
	Taxa de juros efetiva média ponderada %	Até um ano R\$	De 1 a 5 anos R\$	Mais de 5 anos R\$	Total R\$
31 de dezembro de 2016					
Linha de Crédito IFC	8,64%	12.995	86.875	48.825	148.695
		12.995	86.875	48.825	148.695

## 22. CONTRATOS DE ARRENDAMENTO MERCANTIL OPERACIONAL

A Companhia e suas controladas celebraram contratos de locação de torres de telecomunicações e infraestrutura com vários clientes, reconhecidos como operações de arrendamento mercantil operacional. Tais contratos possuem vencimentos entre dezembro de 2018 e dezembro de 2034 e contemplam cláusula de atualização monetária anual dos valores dos aluguéis, com base em índices de preços (IGP-M e IPCA).

Os recebimentos mínimos futuros desses contratos de locação, a valores de 31 de dezembro de 2017, são os seguintes:

Até um ano	114.894
Mais de um ano e até cinco anos	402.679
Mais de cinco anos	453.095
Total	<u>970.668</u>

## 23. SEGUROS

As coberturas de seguro foram contratadas para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

As apólices firmadas junto as seguradoras possuem cobertura para todos os sites do grupo.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possui as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

<u>Tipo de risco</u>	<u>Cobertura</u>
Escritório	8.850
Responsabilidade civil	40.000
Riscos diversos (incêndio, vendaval, danos elétricos) de torres e infraestrutura	129.600

#### 24. TRANSAÇÕES QUE NÃO ENVOLVEM CAIXA

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/17</u>	<u>31/12/16</u>	<u>31/12/17</u>	<u>31/12/16</u>
Aquisição de Estoque de estrutura vertical (i)	145	112	5.374	112
Aumento de investimento com transferência de ativo imobilizado (ii)	11.782	-	-	-
Aumento de capital com transferência de ativo imobilizado (ii)	-	-	11.782	-
Carência (iii)	895	399	4.605	1.145
Recebimento de dividendos com cessão de torre metálica (iv)	-	-	-	175

- (i) Aquisição de estoque de estrutura vertical para construção de infraestrutura, aumentando os saldos registrados nas rubricas "Ativo Imobilizado" e "Fornecedores".
- (ii) Aumento de capital na controlada T4U Brasil Ltda. através da transferência de ativo imobilizado (torres e infraestruturas), vide nota explicativa nº 6.
- (iii) Carência – clientes que possuem contratos com período de carência são registrados pela competência e vigência do contrato.
- (iv) Recebimento de dividendos da empresa T4U Brasil, por meio da cessão de uma única torre metálica

#### 25. APROVAÇÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS

As informações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram aprovadas pela Diretoria em 20 de fevereiro de 2018.